



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

*PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL*

PECCA

ANDRÉ SANTOS CANCELLA

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO AGENTE
DE INCLUSÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.**

**CURITIBA
2011**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

*PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL*

PECCA

ANDRÉ SANTOS CANCELLA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO AGENTE DE INCLUSÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Regional do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. Rafael Tortato

**CURITIBA
2011**

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS ESPERADOS	5
2.1 Objetivo Geral	5
2.2 Objetivos Específicos	5
3. REVISÃO DA LITERATURA	6
3.1 Educação profissional e tecnológica	6
3.2 Vantagens da educação profissional e tecnológica	8
3.3 Inclusão social	11
3.4 Desenvolvimento regional	12
3.5 Município de Paranaguá	12
3.5.1 História de Paranaguá	12
3.5.2 Paranaguá nos dias atuais	15
4. METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO	16
4.1 Ensino técnico e tecnológico	22
4.2 Ensino técnico x mercado de trabalho	25
5. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS	26
6. CONCLUSÃO	31
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXOS	35
ANEXO I – Questionário respondido pela empresa ALL Armazéns Gerais LTDA	36
ANEXO II – Questionário respondido pela empresa Paraná Operações Portuárias S/A	37
ANEXO III – Questionário respondido pela empresa Brasil Foods/Sadia	38

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distância das cidades litorâneas em relação a capital	17
TABELA 2 – Indicadores Sociais do Município de Paranaguá.....	17
TABELA 3 – Classe Sócio-Econômica	19
TABELA 4 – Sexo	19
TABELA 5 – Faixa Etária	20
TABELA 6 – Nível Escolaridade Chefe Família	20
TABELA 7 – Grau de Satisfação com o Sistema de Educação do Município	20
TABELA 8 – Cidade que procura quando a família precisa do serviço de faculdade	20

RESUMO

O desenvolvimento regional deve ser visto como uma maneira de buscar melhorar as condições socioeconômicas, de saúde, segurança e educação em uma determinada região. Este trabalho teve por objetivo analisar o perfil socioeconômico e educacional do município de Paranaguá, Paraná. Foram aplicados questionários junto a algumas das maiores empresas do município, foram realizadas consultas on-line, consulta a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá e pesquisas bibliográficas. A partir dos dados levantados, foi possível demonstrar que, por meio dos investimentos que estão sendo realizados pelo Governo Federal na Educação Profissional e Tecnológica em todo o país, através da implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na região será possível investir em ações que propulsionem o desenvolvimento regional e possibilitando como contrapartida uma maior inclusão social da população de Paranaguá e dos demais municípios que compõem o litoral do estado do Paraná, uma vez que, toda a região é carente no que diz respeito à oferta e qualidade do ensino, principalmente técnico e tecnológico.

PALAVRAS CHAVES: Investimentos, Educação, Desenvolvimento, Regional, Tecnológico.

ABSTRACT

The Regional Development should be seen as a way to seek to improve the socioeconomic conditions, health, safety and education in a given region. This study aimed to analyze the socioeconomic and educational profile of the city of Paranaguá, Paraná. Questionnaires were applied together with the some of the largest companies in the city, consultants together the Association of Commerce, Industry and Agriculture of Paranaguá, on line and literature searches. From the data collected it was possible to demonstrate that through the support and investments has been made by the Federal Government on Professional and Technological through the implantation of the Federal Institute of Education, Science and Technology in the region be able to invest in actions that propel the regional development and allowing in return a greater social inclusion for people of Paranaguá and other districts within the coast of Paraná State, since the regions is lacking with regard to the supply and quality of education, especially technical and technological.

KEY WORDS: Investments, Education, Development, Regional, Technological.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o município de Paranaguá, principal cidade da região litorânea do estado do Paraná, evidenciando os aspectos sociais do município e confrontando-os com a situação da rede de ensino profissionalizante local e a oferta de cursos disponíveis. Pretende-se aqui também demonstrar que a educação técnica e tecnológica, pode vir a ser utilizada como um agente transformador da sociedade, que possibilita a inclusão social da população. Sendo possível sua utilização como ferramenta para o desenvolvimento regional, permitindo dessa maneira maior acessibilidade a melhores condições de saúde, segurança, lazer, moradia e trabalho.

2 OBJETIVOS ESPERADOS

2.1 Objetivo Geral

Verificar o perfil socioeconômico e educacional do município de Paranaguá e apresentar alternativas para o desenvolvimento de mecanismos de inclusão social, melhoria das condições de vida da população, através da educação profissionalizante, pública e de qualidade.

2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar uma proposta de ação com base na educação técnica e tecnologia inovadora para a região;
- Estudar as potencialidades da região para que os cursos oferecidos estejam de acordo com as necessidades locais respeitando os arranjos produtivos;

- Criar alternativas de escolha para o acesso à educação pública de qualidade e qualificar a mão de obra local;

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Educação profissional e tecnológica

Dentre as ações iniciais do governo Fernando Henrique Cardoso, em relação a educação, encontra-se a discussão de um Planejamento Político-Estratégico (1995-1998), firmado em documento do Ministério da Educação, em 1995 (Ministério da Educação, 1995). Ivany Pinheiro (1997) assinala que, no documento: “A necessidade de rever e simplificar o arcabouço legal normativo e regulamentar para estimular a ação dos agentes públicos passa a ser da mais alta importância”. Conseqüentemente, decorre a estratégia desenvolvida com o objetivo de “aprovar uma nova lei de diretrizes e bases que possibilite a diversificação institucional: novos cursos, novos programas, novas modalidades” e “retirar da Constituição dispositivos que engessam a gestão do sistema educacional e instituir um novo Conselho Nacional de Educação mais ágil e menos burocrático; modificar regulamentações para garantir maior autonomia à escola... e transferir a ênfase dos controles formais e burocráticos para a avaliação de resultados”.

No documento, o Ministério da Educação anunciou a intenção de realizar uma reforma no ensino técnico-profissional do país, fundamentando-se de que a rede de Escolas Técnicas Federais (ETF's) e Centros Federais de Educação Tecnológicas (Cefet's) tinha “problemas e distorções”, tais como: operação a custos elevados, em comparação com outras escolas da rede pública estadual; oferta de vagas em número limitado; distorção na composição social de seu alunado pela dificuldade de alunos trabalhadores e de baixa renda; cursos de duração

muito longa e que não atendiam as demandas dos setores produtivos; e disposição da maioria de seus egressos de prosseguimento dos estudos no ensino superior, desviando-se do ingresso imediato no mercado de trabalho (Ministério da Educação, 1995).

O Decreto 2.208/97 descreve os objetivos da Educação Profissional dentro dos pressupostos apresentados, prescrevendo que esta modalidade de educação é um ponto de articulação entre a escola e o mundo do trabalho; que tem a função de qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independente do nível escolaridade que possuam no momento de seu acesso; que ela habilita o para o exercício de profissões quer de nível médio, quer de nível superior; e, por último, que ela atualiza e aprofunda conhecimentos, na área das tecnologias voltadas para o mundo do trabalho. De acordo com os objetivos estabelecidos, define os níveis da educação profissional: básico, destinados a trabalhadores jovens e adultos independente de escolaridade, com o objetivo de qualificar e requalificar; um segundo nível o técnico, para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou já tenham concluído o ensino médio; e o terceiro, nível tecnológico, que da formação superior, tanto graduação como pós-graduação, a jovens e adultos. (Ruy Leite Berger Filho, 1999).

Desde 2003, o ensino técnico é uma prioridade para o governo federal. Por isso, foi lançado o plano de extensão da rede federal de educação profissional e tecnológica, que prevê a construção de 214 escolas até o final de 2010.

Nessa expansão o ministério da educação está investindo R\$ 1,1 bilhão em obras e aquisição de mobiliário e equipamentos. Quando todas as unidades estiverem concluídas, o número de matrículas chegará a 500 mil em todo o país. São cursos técnicos de nível médio, licenciaturas, cursos superiores de tecnologia e pós-graduação (PDE (MEC), 2010).

Além do aumento de unidades, o governo reordenou o modelo de instituição federal que oferta o ensino técnico. Em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação

tecnológica (Cefets), 75 unidades de ensino descentralizadas (Uned), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades se uniram pra formar os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. São 38 institutos federais presentes em todos os estados. São campus dos institutos as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão (PDE (MEC), 2010).

Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos institutos federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São 2 Cefets, 23 escolas vinculadas a universidades e 1 universidade tecnológica (PDE (MEC), 2010).

A maioria das matrículas na educação profissional está na rede privada, o equivalente a 57%. O restante está dividido entre as redes estadual (31%), federal (10%) e municipal (3%), de acordo com os números do Censo Escolar de 2010 do Ministério da Educação (MEC). Segundo Marcelo Machado Feres, coordenador-geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, a concentração na rede particular se explica devido a matrículas no Sistema S em estados que, ao invés de ofertar a educação profissional com escolas públicas, optam por comprar vagas em escolas privadas (WALTER, 2011).

Os números do Censo Escolar mostram, porém, que a maior alta de matrículas está acontecendo na rede pública. A rede federal foi a que registrou maior expansão entre 2002 e 2010, um crescimento de 114,2%. Segundo Feres, a meta é ampliar cada vez mais o número de matrículas na educação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O projeto de lei que cria o programa está em tramitação no Congresso e a meta do governo é chegar a 555 escolas técnicas profissionalizantes da rede federal ao final de 2014 (CENSO ESCOLAR 2010 & MEC).

3.2 Vantagens da educação profissional e tecnológica

A educação profissional cresceu 74,9% no Brasil entre 2002 e 2010, passando de 652 mil matrículas para 1,14 milhão no período. Enquanto a oferta de ensino médio regular se estabilizou no país nos últimos anos, o número de alunos nos cursos técnicos em nível médio está em expansão. Para especialistas, esses cursos proporcionam melhor qualificação profissional e se traduzem em maior empregabilidade e ganho salarial aos alunos. Uma pesquisa feita pela Fundação Itaú Social mostrou que estudantes com formação em ensino médio profissionalizante ganham 12,5% a mais do que os que cursaram o ensino médio comum. A diferença é ainda maior para os alunos que optaram pela área de indústria, com um aumento de salário anual de 18,8%. Para os pesquisadores, o ensino médio técnico permite aos jovens entrar no mercado de trabalho sem ter de arcar com o tempo e o investimento de um curso superior (WALTER, 2011).

Os custos na educação profissional, no entanto, são maiores na comparação com o ensino médio comum. A diferença de custo anual é de R\$ 2.886,50, de acordo com a pesquisa, publicada em 2010. Para a gerente de Avaliação de Projetos do Banco Itaú, Lígia Vasconcellos, especialista em educação, o investimento maior compensa quando se analisa o ganho médio salarial. O ganho, porém, não se mantém quando a pessoa faz ensino superior, já que ela adquire rendimentos superiores. “[O ensino médio profissionalizante] é uma modalidade importante de ensino, mas não é única”, afirma (WALTER, 2011).

Segundo Marcelo Machado Feres, coordenador-geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, as várias modalidades de ensino não são antagônicas e o objetivo é democratizar e ampliar as oportunidades em todas elas, incluindo o ensino superior. Feres afirma que a educação

profissional é estratégica para o processo de desenvolvimento do país e que o número de vagas ainda está “aquém do que a sociedade precisa” (WALTER, 2011).

O ensino médio regular é generalista e o técnico proporciona que o aluno chegue mais preparado ao mercado de trabalho, observa o professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas. Autor do estudo *A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho*, Neri revela que o aluno do ensino médio profissionalizante tem um ganho de 14% na comparação com aquele que fez ensino médio comum. O estudo mostra ainda que os maiores ganhos são vistos nos egressos dos cursos no Sistema S, que são organizações criadas pelos setores produtivos. Em seguida aparecem os egressos do setor privado, de organizações não governamentais e do setor público (WALTER, 2011).

Segundo MÁXIMO (2011), na indústria, a renda do trabalhador com diploma médio profissional é até 20% maior.

Na opinião de Lígia Vasconcellos, gerente de avaliação de projetos do grupo Itaú Unibanco, a constatação do ganho salarial maior para trabalhadores que cursaram o ensino médio profissionalizante carrega duas mensagens para os formuladores de políticas educacionais no país. "Embora o custo da educação técnica seja bem superior ao do ensino regular, o retorno em termos de salários vale o investimento. O outro recado é que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente por mão de obra de nível médio com bom nível de qualificação", diz ela.

3.3 Inclusão social

O Ensino técnico representa uma estratégia dos jovens trabalhadores muitas vezes imperceptíveis para gestores e legisladores educacionais. Sua importância para os setores populares relativizam questões que do ponto de vista teórico representariam uma

subordinação aos interesses do capital, mas que, por outro lado, representam um modo de fortalecer os jovens trabalhadores em sua emancipação e desenvolvimento pessoal e coletivo (SIMÕES, 2007, PAG 82).

O ensino técnico articulado com o ensino médio, preferencialmente integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido. A relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e a cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção a politecnia como configuração da educação média de uma sociedade pós- capitalista (SIMÕES, 2007, PAG 82).

Diante dessas afirmativas, então, não podemos dizer que no Brasil a juventude brasileira oriunda da classe trabalhadora pode adiar para depois da educação básica ou do ensino superior o ingresso a atividade econômica. Enquanto o Brasil for um país com as marcas de uma história escrita com a exploração dos trabalhadores, no qual estes não têm certeza do seu dia seguinte, o sistema sócio-político não pode afirmar que o ensino médio primeiro deve “formar para a vida”, enquanto a profissionalização fica para depois. A classe trabalhadora brasileira e seus filhos não podem esperar por essas condições, porque a preocupação com a inserção na vida produtiva é algo que acontece assim que os jovens tomam consciência dos limites que a sua relação se impõe aos seus projetos de vida (RAMOS, FRIGOTTO E CIAVATTA, 2005).

3.4 Desenvolvimento regional

Tão importante quanto a capacidade produzir novo conhecimento é a capacidade de processar, adaptar e converter conhecimento em inovação de acordo com as necessidades e especificidades de cada organização, país e localidade. Isto é particularmente relevante nos casos de países em desenvolvimento. A promoção da inovação é freqüentemente vista como desvinculado da promoção do desenvolvimento local e da inclusão social. Contudo tais objetivos não são excludentes e tratá-los de forma conjunta para o desenvolvimento de um dado território tende a gerar resultados mais consistentes e de mais longo prazo. Sem o estabelecimento de ambientes propícios à geração, à incorporação e à disseminação de conhecimentos, não se pode garantir a sobrevivência, a manutenção ou o crescimento consistente dos agentes produtivos, nem, muito menos, o desenvolvimento socioeconômico dos ambientes que se inserem. O desafio é associar tais estratégias a inclusão dos segmentos sociais marginalizados e ao respeito a diversidade cultural. (Albagli, S. 2006).

Informação e conhecimento são socialmente moldados e constituem elementos importantes no binômio inclusão-exclusão social. (Albagli, S. 2006).

3.5 Município de Paranaguá

3.5.1 História de Paranaguá

Grande Mar Redondo, na língua tupi-guarani. Era assim que os índios denominavam a formosa baía – Pernaguá, Parnaguá, Paranaguá. O povoamento do litoral do paraná começou por volta de 1550, na ilha da Cotinga, servindo mais de ponto referencial de investigação e buscas auríferas.

Duas décadas depois, os pioneiros, a frente Domingos Peneda, natural de São Paulo, temido e conhecido com Régulo e Matador, considerado o fundador da povoação, conquistaram a margem esquerda do rio Taguaré (Itiberê) habitado pelo indígena carijó.

Atraídos pela notícia da existência de ouro que se presumia existir nas chamadas terra de Sant`Ana, ao sul da capitania de São Vicente, vicentinos e cananeenses intensificaram a navegação em busca de riquezas que o território talvez pudesse oferecer. (PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2011).

Nos anos de 1550, através de Ararapira e Superagui, penetrando e navegando a vasta e bela baía de Paranaguá, as canoas vicentinas aportaram a ilha da Cotinga, próxima do continente. Admirados de ver em derredor muitas habitações de índios carijó e receosos talvez de que lhe fizessem alguma traição, foram em direitura da ilha da Cotinga, para o lado do furado, que a divide da ilha Rasa, onde principaram as suas habitações. Primeira povoação foi na ilha da Cotinga, depois mudaram para o lugar da ribanceira onde ora está, talvez porque achassem o terreno mais apropriado para formarem a povoação, ser arenoso ter uma formosa planície onde acharam uma fonte de água nativa e oferecendo o rio Taguaré um seguro fundeadouro, abrigado dos ventos e dos piratas em suas baías.(PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2011)

Os cotinganos exploraram recôncavos, rios e sertões que circundam a baía, descobrindo, finalmente, ouro de lavagem nos vários rios que depois se chamaram rio dos Almeidas, rio dos Correias, rio Guaraguaçu, ficando conhecidas como minas de Paranaguá. As boas relações de amizade e escambo com os carijós provocaram o processo de povoamento das ilhas, desembocaduras de rios, recôncavos. A notícia do aparecimento de ouro correu logo, além das barras. Outros faiscadores, procuraram, sem demora, a região, reunindo-se ao grupo que labutavam com bateias. (PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2011).

Desde 1554 já os santistas entretinham seu comércio marítimo com porto de Paranaguá, levando resgates de ferramentas, anzóis e fazendas que permutavam por algodão que os índios Carijó plantavam e colhiam e do Rio de Janeiro haveria também algum comércio. De 1549 a 1556, os valorosos missionários jesuítas já haviam percorridos os ínvios sertões de Iguape, Cananéia e Paranaguá, até os planaltos da serra do Mar. O martírio e a morte dos jesuítas Pedro Correia e do companheiro de missão deu-se em 1556, nas fraldas de mesma serra do Mar quando eles voltavam do perigoso sertão dos Carijó. (PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2011).

Portugal e suas colônias passam para o domínio espanhol e Pernaguá aparece nos mapas como Baya de la Corona de Castilha – um lugar meio perdido entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata. A povoação cresce, instala sua Câmara Municipal, vira vila com pelourinho e escrivão juramentado. Em 1640, chegou o capitão provedor Gabriel de Lara e a fidalga família com investidura de governo militar. Já em 1646, mandou erigir o pelourinho, símbolo de poder e justiça de El-Rei. Após 2 anos, a povoação tornou-se Vila, chamando-se Vila de Nossa Senhora do Rocio de Paranaguá. Morrem os Felipes de Espanha, os portugueses retomam a coroa e lá por 1648 os faiscadores vão entrando pela baía, arrancando ouro e enchando as burras de Dom João IV. Em 1660, tornou-se Capitania, passando a condição de cidade em 05 de fevereiro de 1842. De lá para cá, vai expandindo seu casario pelas margens do rio itiberê e tecendo com os fios de ouro da lenda e da história o seu destino de berço da civilização paranaense. Ao ser criada a Província do Paraná, também se criou a Capitania dos portos do Paraná, que passou a funcionar em 13 de fevereiro de 1854. Fato marcante para Paranaguá, foi a vistoria de Dom Pedro II, em 1880, para o lançamento da pedra fundamental do edifício da Estação Ferroviária. (PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2011).

A estrada de ferro foi tão rapidamente construída que em 02 de fevereiro de 1885 era inaugurada e até hoje é motivo de grande orgulho na engenharia nacional. Em 1935 Paranaguá ganhou o porto Dom Pedro II, que mudou o perfil econômico da região, sendo considerado o segundo maior em volume de exportações e o primeiro da América Latina em movimentação de grãos. (PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2011).

3.5.2 Paranaguá nos dias atuais

Paranaguá é a cidade mais antiga do Estado do Paraná, localizada no litoral do Estado. Segundo estimativa da população, realizada pelo IBGE, 2010, possui 140.469 habitantes. Cidade histórica e turística, fundada no início do século XVI, tem em sua função principal a de porto escoador da produção paranaense o que o interliga as demais regiões, além é claro de outros estados e exterior. Os habitantes naturais da cidade são chamados parnanguaras. Está localizada na mesorregião metropolitana de Curitiba, mais precisamente na microrregião de Paranaguá, estando a 91 km de distância da capital do Estado.

Conforme dados do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá, relativos aos aspectos econômicos são três os principais ramos de atividades no município: Agropecuária que corresponde à 0,29% do PIB Municipal, Indústria 20,83% e Serviços 78,89%. A indústria dominante é a Química e a de Produtos Alimentares e a quantidade de estabelecimentos distribuídos nas diferentes atividades econômicas são os seguintes: 191 Indústrias, 1.166 estabelecimentos no Comércio Varejista, 209 estabelecimentos no Comércio Atacadista e 565 prestadores de serviços.

4 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para iniciar o presente trabalho foi necessário realizar algumas buscas para encontrar dados, que demonstrassem o grau de desenvolvimento do município de Paranaguá, sendo possível encontrar dados referentes ao perfil socioeconômico da população da cidade, distância dos municípios que compõe o litoral em relação à capital Curitiba. Esses dados permitiram criar uma base para que fosse possível demonstrar algumas ações em potencial que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Campus Paranaguá pode desenvolver em prol do desenvolvimento da cidade. Paranaguá é a maior cidade do litoral do Paraná, com a economia predominantemente caracterizada pelas atividades das indústrias químicas e de alimentos, além do setor de prestação de serviços, o qual é bastante variado. A maioria da gama de serviços oferecidos na cidade gira em torno das atividades portuárias, sendo o Porto de Paranaguá, o principal agente fomentador da economia local.

Fazendo um comparativo com relação às demais instituições de ensino presentes na cidade, foi possível analisar que a educação profissional e tecnológica, pode vir a se transformar em um agente fomentador do desenvolvimento regional em Paranaguá, buscando dessa maneira melhorar as condições socioeconômicas, de saúde, segurança e educação na região. Todos os níveis de classes sociais, da mais alta a menos favorecida, seriam atendidos. Diferentemente das instituições que oferecem o ensino tradicional regular, a educação profissional e tecnológica prepara o estudante para o mercado de trabalho, permitindo maior ganho salarial, quando adentram ao mercado de trabalho, em comparação aos alunos que cursam o ensino tradicional.

A Tabela abaixo demonstra a distância das cidades que compõe o litoral em relação à capital Curitiba e também a Paranaguá, utilizando como ponto de referência o porto.

Tabela 1. Distância das cidades litorâneas em relação a capital e ao porto de Paranaguá

Município/Distância em KM	Curitiba	Porto Paranaguá	Aeroporto Internacional
Antonina	77	48	68
Morretes	68	32	59
Guaratuba	119	52	127
Guaraqueçaba	174	141	165
Matinhos	111	44	124
Pontal do Paraná	117	30	103
Paranaguá	91	0	82

FONTE: IparDES, 2010.

Na Tabela a seguir encontram-se alguns indicadores sociais de Paranaguá

Tabela 2. Indicadores Sociais do Município de Paranaguá

Informação	Fonte	Data	Estatística
População Censitária - Total	IBGE	2010	140.469
População - Contagem	IBGE	2007	133.559
População - Estimativa	IBGE	2011	141.477
Pessoas em situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	27.696
Famílias em situação de Pobreza	IBGE/IPARDES	2000	7.094
Número de Domicílios	IBGE	2010	46.578
Matrículas Creche	SEED	2010	1.290
Matrículas Pré-Escola	SEED	2010	3.339
Matrículas Ensino Fundamental	SEED	2010	25.392
Matrículas Ensino Médio	SEED	2010	7.441
Matrículas Ensino Superior	MEC/INEP	2009	2.466

FONTE: IparDES, 2010.

Na Tabela 2, foi possível evidenciar dados relativos ao tamanho da população de Paranaguá, identificando alguns pontos importantes que permitem a seguinte análise. Dos

140.469 habitantes do município, quase 20% encontra-se em situação de pobreza, totalizando 27.696 pessoas.

Há também outros dados relevantes. Conforme aumenta o nível de escolaridade, o número de matrículas tende a diminuir.

De um total de 100% do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, há uma drástica redução desse número em comparação com o número de matrículas no ensino médio. O índice de evasão escolar encontrado é muito grande, uma vez que, aproximadamente 30% dos alunos somente seguem matriculados no ensino médio. E para as instituições de ensino superior, também ocorre o mesmo, esse número é reduzido para aproximadamente 10% de alunos matriculados no ensino superior. Não foi possível precisar as razões que geram essa redução no número de matrículas tanto no ensino médio como no ensino superior, todavia, dentre as inúmeras possibilidades que contribuem para essa constatação pode se presumir alguns fatores como: No ensino médio a queda do número de alunos matriculados com relação ao ensino fundamental, pode ser motivada pelo fato de que muitos estudantes nessa faixa etária, passam a contribuir no orçamento familiar e necessitam trabalhar, causando a evasão escolar.. Outro fator presumido, tendo como parâmetro a educação, é a falta de opção e oferta de cursos, voltados a preparar para o mercado de trabalho e de acordo com a realidade dos arranjos produtivos locais,

Conforme matéria publicada no jornal Folha Do Litoral, de 06/10/2011, em setembro de 2010 o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou uma pesquisa onde o país não apresentou resultados favoráveis. O Brasil teve no exercício passado a maior taxa de evasão escolar no ensino médio dentre Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela: 10% ou seja, 1 em cada 10 estudantes acabam abandonando a escola. A evasão se caracteriza quando o aluno deixa de freqüentar a aula durante o ano letivo.

Essa é uma das preocupações do IFPR, que vem buscando diagnosticar quais são as causas para a evasão escolar. Ainda não existem causas conhecidas para este fato que já é uma realidade e sim algumas causas presumidas, como por exemplo, a dificuldade financeira para arcar com as despesas de transporte e alimentação, mudança de cultura educacional, questões socioeconômicas bem como o próprio descontentamento do estudante com o curso escolhido.

Foi realizado também um levantamento bibliográfico para encontrar mais dados sobre a realidade econômica e educacional de Paranaguá. Os dados abaixo foram obtidos através de uma pesquisa realizada pelo DATACENSO no ano de 2004, solicitada pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá (ACIAP). A maioria dos entrevistados foi do sexo feminino, com faixa etária acima de 18 anos, nível de escolaridade sendo o Ensino Médio, seguido pelo Ensino Fundamental, com renda de mais da metade entre R\$ 500,00 a R\$ 1.100,00. Foram aplicadas 300 (trezentas) entrevistas distribuídas conforme as tabelas abaixo:

Tabela 3 - Classe Sócio-Econômica

Classe	No entrevistados	Frequência
A	13	4,3%
B	109	36,3%
C	129	43,0%
D	49	16,3%
TOTAL	300	100%

Fonte: DATACENSO 2004

Tabela 4 - Sexo

Sexo	A	B	C	D	Total
Feminino	53,8% (7)	52,3% (57)	50,4% (65)	61,2% (30)	53% (159)
Masculino	46,2% (6)	47,7% (52)	49,6% (64)	38,8% (19)	47% (141)
Total	100% (13)	100% (109)	100% (129)	100% (49)	100% (300)

Fonte: DATACENSO 2004

Tabela 5 - Faixa Etária

Faixa Etária	A	B	C	D	Total
18 a 25	30,8% (4)	22,9% (25)	31,0% (40)	32,7% (16)	28,3% (85)
26 a 35	38,5% (5)	23,9% (26)	29,5% (38)	36,7% (18)	29,0% (87)
36 a 45	23,1% (3)	38,5% (42)	27,1% (35)	26,5% (13)	31,0% (93)
46 a 60	7,7% (1)	14,7% (16)	12,4% (16)	4,1% (2)	11,7% (35)
Total	100% (13)	100% (109)	100% (129)	100% (49)	100% (300)

Fonte: DATACENSO 2004

Tabela 6 - Nível Escolaridade Chefe Família

Escolaridade	A	B	C	D	Total
Analfabeto	0,0% (0)	1,8% (2)	2,3% (3)	6,1% (3)	2,7% (8)
1 Grau	23,1% (3)	16,5% (18)	49,6% (64)	55,1% (27)	37,3% (112)
2 Grau	15,4% (2)	72,5% (79)	47,3% (61)	38,8% (19)	53,7% (161)
Superior	61,5% (8)	9,2% (10)	0,8% (1)	0,0% (0)	6,3% (19)
Total	100% (13)	100% (109)	100% (129)	100% (49)	100% (300)

Fonte: DATACENSO 2004

Tabela 7 - Grau de Satisfação com o Sistema de Educação do Município

Avaliação	A	B	C	D	Total
Ótimo	0,0% (0)	3,7% (4)	4,7% (6)	2,0% (1)	3,7% (11)
Bom	23,1% (3)	28,4% (31)	43,4% (56)	22,4% (11)	33,7% (101)
Regular	38,5% (5)	45,0% (49)	45% (58)	51,0% (25)	45,7% (137)
Ruim	30,8% (4)	22% (24)	5,4% (7)	22,4% (11)	15,3% (46)
Péssimo	7,7% (1)	0,9% (1)	1,6% (2)	2,0% (1)	1,7% (5)
Total	100% (13)	100% (109)	100% (129)	100% (49)	100% (300)
Grau de Satisfação	23,1%	32,1%	48,1%	24,4%	37,4%

Fonte: DATACENSO 2004

Tabela 8 - Cidade que procura quando a família precisa do serviço de faculdade

Cidade	A	B	C	D	Total
Paranaguá	30,8% (4)	65,1% (71)	79,8% (103)	57,1% (28)	68,7% (206)
Curitiba	61,5% (8)	34,9% (38)	20,2% (26)	42,9% (21)	31% (93)
Santa Catarina	7,7% (1)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,3% (1)
Total	100% (13)	100% (109)	100% (129)	100% (49)	100% (300)

Fonte: DATACENSO 2004

Nas tabelas de número 3 até a 8 foi possível encontrar dados relativos à disposição das classes sociais dos entrevistados, grau de instrução, a faixa etária, além do grau de satisfação com relação a qualidade do ensino oferecido a população do município.

De um modo geral é possível analisar que nas classes sociais mais altas o grau de descontentamento com a qualidade da educação no município é maior, fazendo possivelmente com que as pessoas que possuem as melhores condições financeiras optem por deixar Paranaguá para estudar em outra cidade. O inverso dessa situação ocorre com as famílias pertencentes às classes mais baixas, que permanecem em Paranaguá, tendo que encontrar na cidade a oportunidade para darem continuidade a sua formação escolar.

Com relação à oferta de educação em nível superior, a cidade dispõe de poucas opções. Em Paranaguá há apenas duas instituições de ensino superior, sendo uma pública (UNESPAR) e outra privada (ISULPAR).

O ISULPAR – Instituto Superior do litoral do Paraná é uma instituição de ensino particular que oferece educação regular a partir do nível médio, passando pela graduação até a pós-graduação. Os cursos oferecidos na graduação são: Bacharelado em Administração, Direito, Turismo, Sistema de Informação e Licenciatura em Pedagogia e Geografia. Na especialização os cursos oferecidos são: MBA em Administração e Especialização Lato Sensu em Turismo, Direito, Informática, Meio Ambiente e Educação.

A UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná – Campus Fafipar oferece os seguintes cursos: Bacharel em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas (Bacharel e Licenciatura), História, Letras Português e suas Respectivas Literaturas e Português – Inglês, Matemática e Pedagogia (Licenciatura Plena).

4.1 Ensino técnico e tecnológico

Com uma proposta de verticalização do ensino dentro do Instituto Federal do Paraná, na própria instituição o estudante terá acesso à educação desde o ensino médio profissionalizante até a pós-graduação. Com a rede federal tecnológica em expansão, será possível oferecer: ensino médio integrado; Ensino Técnico Subseqüente com duração de 2 anos, para quem já concluiu o ensino médio regular ou integrado; Licenciaturas; Bacharelados; Pós Graduação nas modalidades Strictu e Lato Sensus; modalidade EAD (Ensino a Distância), onde as aulas são teletransmitidas ao vivo para os alunos em diferentes regiões do país simultaneamente; bem como o Programa Estudantil Jovens e Adultos (Proeja), o qual é um programa do governo, em que as vagas ofertadas seguem alguns requisitos para privilegiar as pessoas que deixaram de estudar há algum tempo, por qualquer motivo e tenham a oportunidade de completar o ensino médio com técnico integrado. Porém uma das características que difere o Proeja do Ensino médio Integrado é que o público alvo do programa são as pessoas maiores de 18 anos que frequentaram até o ensino fundamental possibilitando desse modo uma espécie de cota dentro da rede de ensino voltada a qualificação da população com essa faixa etária.

O IFPR se instalou na região, na cidade de Paranaguá, em agosto de 2008 sendo a primeira e única instituição de ensino a ofertar educação profissionalizante gratuita. Desde então vem ofertando cursos nos mais diferentes níveis de graduação sempre buscando ofertar cursos que estejam inseridos no cenário local, respeitando dessa maneira os arranjos produtivos locais da região.

De acordo com a lei de criação do Instituto Federal, lei 11.892/08 a instituição deverá assegurar 50% das vagas em educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na

forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos e 20% das vagas em cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional em cada exercício. Os outros 30% podem ser ministrados nas demais modalidades de cursos existentes como cursos de extensão, cursos de formação inicial e continuada, pós graduação.

4.2 FACILITADORES DE ACESSO

O IFPR adota como política de acesso a instituição, o processo seletivo tanto para os cursos nas modalidades de nível médio como para os de nível subsequente. Utiliza-se dentro deste, o sistema de cotas para a seleção, dividido em: cotas raciais, cotas sociais, deficientes, indígenas e concorrência geral.

Para a cota racial são disponibilizadas 20% das vagas oferecidas para os cursos. Caracterizam os estudantes de cor negra ou parda, que possuam traços fenotípicos que os caracterizem na sociedade como grupo racial negro.

Para a cota de inclusão social são disponibilizadas 40% das vagas oferecidas para os cursos. Caracterizam os estudantes que tenham cursado o Ensino Fundamental, regular ou supletivo, para as vagas no Ensino Médio, e Fundamental e Médio, regular ou supletivo, para as vagas na modalidade subsequente, exclusivamente em escola pública no Brasil, entendida com tal aquela mantida e administrada pela Administração Pública.

Para a cota indígena e para portadores de deficiência serão destinados 5% das cotas para cada grupo.

As demais 30% das vagas são destinadas a concorrência geral, ou seja, para aqueles candidatos que não atendem as exigências das cotas de inclusão.

Dessa maneira a instituição visa atender uma grande e variada demanda da população de Paranaguá e região litorânea.

Atualmente o Campus Paranaguá oferece os seguintes cursos:

- modalidade médio integrado: Mecânica, Aquicultura e Informática.
- modalidade subsequente: Técnico em Manutenção e Suporte de Redes, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Guia de Turismo, Técnico em Portos.
- modalidade Proeja: Técnico em Logística.
- Graduação: Tecnólogo em Manutenção Industrial e Licenciatura em Física
- Pós Graduação: Lato Senso em Gestão Ambiental
- EAD – Técnico em Secretariado Executivo, Técnico em Administração, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Logística.

Além desse diferencial educacional apresentado pelo Instituto Federal perante as instituições de ensino tradicionalmente conhecidas, a instituição apresenta uma política estudantil, para combater a evasão escolar, totalmente voltada a fazer com que o estudante permaneça matriculado, freqüentando as aulas regularmente, viabilizando condições para esses alunos, principalmente os de baixa renda, concluírem seus estudos. Atualmente o IFPR oferece 3 programas com diferentes modalidades de bolsas estudantis, com as seguintes características:

- Programa Bolsa Inclusão Social (PBIS): Visa atender estudantes do nível médio integrado e da graduação que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica para desenvolverem atividades acadêmicas e ao mesmo tempo promover a permanência e o sucesso em sua vida escolar.

- Programa de Institucional de Iniciação Científica (PIIC): São bolsas que se destinam a alunos da graduação, com atividades voltadas para o desenvolvimento científico e iniciação a pesquisa.
- Programa Bolsa Monitoria: Destinada aos alunos matriculados em quaisquer cursos de nível técnico, seja o médio integrado ou o subsequente, bem como na graduação e atende aos alunos matriculados nos cursos presenciais como na modalidade EAD, onde o bolsista deverá auxiliar o professor nas atividades didáticas e de preparação, facilitar o relacionamento entre estudantes e professores na execução das atividades didáticas e avaliar o andamento da área e/ou componente curricular do ponto de vista discente.

4.3 Ensino técnico x mercado de trabalho

Segundo MÁXIMO (2011), Na indústria, a renda do trabalhador com diploma médio profissional é até 20% maior. Em um momento em que o mercado de trabalho brasileiro continua aquecido e é forte a demanda por mão de obra com qualificação técnica. De acordo com o estudo "Avaliação Econômica do Ensino Médio Profissional", a diferença de remuneração é ainda maior - de quase 20% - em favor dos trabalhadores que frequentaram algum curso técnico na área industrial, como mecânica, metalurgia, manutenção automotiva, petroquímica, entre outros. Os jovens que apostaram na educação profissional voltada aos setores agropecuário (agronomia, agronegócio), de gestão (contabilidade, administração) e de saúde (enfermagem, radiologia) recebem, respectivamente, um contracheque 13% e 9% mais gordo do que aqueles que optaram pelo ensino médio tradicional.

WALTER, 2011, cita que a educação profissional cresceu 74,9% no Brasil entre 2002 e 2010, passando de 652 mil matrículas para 1,14 milhão no período. Enquanto a oferta de ensino médio regular se estabilizou no país nos últimos anos, o número de alunos nos cursos

técnicos em nível médio está em expansão. Para especialistas, esses cursos proporcionam melhor qualificação profissional e se traduzem em maior empregabilidade e ganho salarial aos alunos. Para os pesquisadores, o ensino médio técnico permite aos jovens entrar no mercado de trabalho sem ter de arcar com o tempo e o investimento de um curso superior

O município não possui outra instituição de ensino público com essas características. Conforme mencionado por WALTER, 2011, “A maioria das matrículas na educação profissional está na rede privada, o equivalente a 57%. O restante está dividido entre as redes estadual (31%), federal (10%) e municipal (3%)”, de acordo com os números do Censo Escolar de 2010 do Ministério da Educação (MEC).

5 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Os resultados esperados são a médio e longo prazo. A instituição de ensino necessita de um tempo para se adequar a realidade local. Através do mapeamento da região, estudos para levantamento de dados, recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal para a realização de pesquisas, abertura de novos cursos, investimento em infra-estrutura, laboratórios, biblioteca, acervo bibliográfico pretende-se consolidar a instituição no cenário local, como um agente parceiro e transformador do município de Paranaguá, estendendo esse benefício a toda região litorânea. Quanto maior for a abrangência da área de atuação da instituição, alcançando os municípios vizinhos, uma fatia maior da população será beneficiada.

Que se inicie, através do diagnóstico realizado no município, um trabalho mais aprofundado, possibilitando um mapeamento maior das potencialidades da região. Espera-se

que a população, principalmente a de baixa renda tenha acesso a educação profissionalizante e tecnológica, nas mais diferentes modalidades de acesso, além das já existentes. A instituição de ensino venha a ofertar na cidade cursos que valorizem e respeitem aos arranjos produtivos locais, estabelecendo e inovando ações de políticas estudantis que reduzam o índice de evasão escolar em diversos níveis de educação, criando novas oportunidades e dando mais opções de escolhas.

O litoral do estado sempre foi uma região carente no que diz respeito a educação, mais especificamente na qualificação profissional, ensino superior, pesquisa etc... Desta maneira quando a população desejava se capacitar, aprofundar seus conhecimentos, era necessário que tivesse que se deslocar até a capital do Estado onde estão localizadas diversas instituições de ensino como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica (PUC), o antigo Cefet hoje Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), para citar apenas as mais tradicionais dentre tantas outras que surgiram nos últimos anos.

Desse modo pretende-se que a população beneficiada pela educação oferecida pelo IFPR, alcance melhores condições de desenvolvimento socioeconômico, tendo acesso a serviços básicos previstos na constituição e que lhes são de direito como, saúde, educação, lazer, segurança, transporte, trabalho etc

5.1 PISOS SALARIAIS

De acordo com a Lei 12.382, que dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011, datada de 25/02/2011, o valor vigente no país a partir de 01/03/2011 é de R\$ 545,00.

O Estado do Paraná oferece um piso regional para determinadas Áreas de atuação. A Lei Estadual 16.805, de 01/05/2011, institui no Estado do Paraná o piso salarial, dividido

conforme a categoria dos Grandes Grupos Ocupacionais, enumerados de acordo com a Classificação Brasileira de ocupações.

GRUPO I: R\$708,74 (Setecentos e oito reais e setenta e quatro centavos), para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondente ao Grande Grupo Ocupacional 6.

GRUPO II: R\$736,00 (Setecentos e trinta e seis reais), para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Lojas e Mercado e Trabalhadores de Manutenção e Reparação, correspondente aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9.

GRUPO III: R\$736,26 (Setecentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos), para os Trabalhadores da produção de Bens e Serviços Industriais, correspondente aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8.

GRUPO IV: R\$817,78 (Oitocentos e dezessete e setenta e oito centavos), para os Técnicos de nível médio correspondente ao Grande Grupo Ocupacional 3.

5.2 ATENDIMENTO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

O IFPR – Campus Paranaguá deve buscar realizar parcerias e atuar junto a esses parceiros. Existem no município diversas empresas, entidades de classe, associações, sindicatos que podem vir a se tornar agentes parceiros no que diz respeito ao fomento do desenvolvimento na região. Dessa maneira, instituição de ensino, empresa, população e a cidade acabam sendo beneficiadas. Um exemplo da prática supracitada e que já se encontra em andamento, é o curso superior em Tecnologia em Manutenção Industrial. Para a abertura de novos cursos, que atendessem a demanda da região, foi realizada uma consulta junto a Associação Comercial Industrial e Agrícola de Paranaguá – ACIAP para buscar informações

que pudessem auxiliar o IFPR em suas tomadas de decisões, que tornassem a instituição mais conhecida dentro da cidade além da criação de vínculos com outras instituições do município. O Terminal de Contêineres de Paranaguá - TCP foi parceiro da instituição, colaborando no que diz respeito à formação do componente curricular do curso. Foi detectada uma demanda por profissionais capazes de operar e realizar manutenção em equipamentos industriais e portuários de médio e grande porte.

Outro exemplo que evidencia a importância das parcerias, do trabalho realizado em conjunto, remete-se ao curso Técnico em Guia de Turismo. A Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Fundação Municipal de Turismo – FUMTUR realizou um pedido ao IFPR, sobre a necessidade desse tipo de profissional para a cidade, uma vez que não há outra instituição que ofereça esse curso. A cidade de Paranaguá foi recentemente eleita como um dos 65 destinos indutores do turismo regional do Brasil, devido as suas riquezas naturais, à beleza de sua baía, seus casarios antigos que remetem ao período da colonização, suas tradições, cultura e culinária. No estado do Paraná ficou classificada atrás somente da capital Curitiba, que possui um apelo maior para o turismo de negócios e da cidade de Foz do Iguaçu que já faz parte do roteiro turístico internacional. O Turismo é uma indústria limpa, não poluente, que gera recursos deixados pelos turistas que visitam a região. O município de Paranaguá possui potencial para ser o grande incentivador dessa indústria na região que gera desenvolvimento econômico e social alavancando dessa maneira o desenvolvimento da região. As diferentes esferas de poder, município, estado, estão empenhadas em investir nesse segmento. No que diz respeito à infra-estrutura o superintendente da APPA, que administra os portos de Paranaguá e Antonina, apresentou recentemente, no Festival de Turismo do Litoral, evento este em que participaram também o Secretário Nacional de Desenvolvimento do Turismo, o Diretor de Estruturação do Ministério do Turismo e o Coordenador do GT Náutico

Brasileiro, um projeto de expansão do porto público, com a construção de 12 novos berços de atracação de navios e uma área exclusiva destinada à implantação de um receptivo turístico. No mesmo evento o Secretário Estadual de Turismo ressaltou que as perspectivas para o segmento de cruzeiros náuticos são ótimas, pois o Brasil é o único país da América do Sul, a integrar os 40 destinos mais procurados de acordo com a Organização Mundial de Turismo. No último verão cerca de 880 mil turistas circularam pelas costas brasileiras e a projeção de crescimento é de 30% ao ano.

Para as indústrias e empresas da região os benefícios são enormes, pois ganharão em qualidade de serviço, pois encontrarão profissionais capacitados, o que supostamente diminui o turn over nas empresas, por falta de qualificação dos empregados. Além disso, todos os gastos envolvidos com demissão, contratação e treinamentos dos funcionários serão reduzidos. Essa oferta de mão de obra especializada, com perfil para atuar nas empresas em Paranaguá, gera benefícios recíprocos. A empresa não precisa buscar fora do município esse determinado tipo de profissional, uma vez que, profissionais vindos de outras cidades em busca de oportunidades, quando recebem uma proposta de emprego, oriunda de outra empresa que fique mais próxima ou na sua cidade de origem, a tendência é que a pessoa aceite a proposta, ao passo que quando o profissional qualificado é da região, o mesmo tende a permanecer na sua cidade natal, devido aos laços já criados. Cabe ressaltar que o salário pago pelas empresas tende a ser maior de acordo com a qualificação e o grau de exigência.

6 CONCLUSÃO

Com base nas informações obtidas durante a fase de levantamento de dados, identificados através das tabelas, revisão bibliográfica e do questionário enviado foi possível elaborar um trabalho de inclusão social. As informações obtidas com relação a quantidade de matrículas nos mais diferentes níveis de ensino, fundamental, médio e superior demonstraram que não há no município uma instituição de ensino pública que ofereça educação técnica e tecnológica, vide capítulo 4.

Conforme evidenciado pelos autores durante a revisão bibliográfica, vide capítulo 3, a educação profissional prepara o estudante para o mercado de trabalho, e que os ganhos salariais para quem cursa o ensino médio integrado ao técnico é na média entre 10 à 20% maior em comparação ao estudante que cursa o ensino médio regular, tradicional. Dessa forma é possível permitir que uma fatia maior da população se prepare melhor para o mercado de trabalho e assim tenha acesso a melhores condições de saúde, segurança, lazer, trabalho e educação. Dessa maneira também é possível fomentar a economia local, pois uma fatia maior da população terá melhores salários, proporcionando um aumento na qualidade de vida de todos, gerando novas oportunidades e perspectivas. A grande maioria dos cursos oferecidos pelo IFPR, vide capítulo 4.1, estão em conformidade com os arranjos produtivos locais como demonstrado pelos Anexos relativos ao questionário elaborado junto a algumas empresas do município.

A instalação do IFPR em Paranaguá também permite que, não somente os jovens em idade escolar, mas toda a população tenha acesso à educação pública e de qualidade devido às diferentes modalidades de ensino ofertadas como é possível verificar através do capítulo 4.1 permitindo dessa maneira um desenvolvimento regional mais igualitário e homogêneo, além

de oferecer políticas estudantis que possibilitem ao estudante permanecer na instituição de ensino procurando reduzir o índice de evasão escolar.

O desenvolvimento regional deve ser visto como uma maneira de buscar melhorar as condições socioeconômicas, de saúde, segurança, educação em uma determinada região.

Requer esforços que resultem nesse desenvolvimento a partir de mudanças estruturais, políticas de desenvolvimento além de investimentos nas áreas supracitadas, como saúde e educação.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DATA CENSO; Resumo Executivo; p. 13 – 118; 2004.

SIMÕES; p.82; 2007.

CHRISTOPHE, MICHELINE, A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da educação profissional brasileira, 2005.

SEED; O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Concepções e Construções a partir da implantação na rede Pública Estadual do Paraná; 2008.

ALBAGLI, SARITA; Conhecimento, Inclusão Social e Desenvolvimento Local, 2006.

PDE (MEC); Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; 2010.

WALTER. B.M.; Ensino Técnico cresce 75% e garante salário maior aos alunos; Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1155042> > acesso em: 10/08/2011.

MÁXIMO, LUCIANO.; Curso Técnico eleva em 12% salário de jovem com formação colegial; Disponível em:

<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/7/22/curso-tecnico-eleva-em-12-salario-de-jovem-com-formacao-colegial> > acesso em: 25/09/2011.

Ipardes; Perfil do Município de Paranaguá; Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=83200&btOk=ok

> acesso em: 27/09/2011

Educação, Folha do Litoral, Paranaguá, 06/10/2011.

Prefeitura Municipal de Paranaguá; Disponível

em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/aspectos-economicos> >acesso em:

16/10/2011

Prefeitura Municipal de Paranaguá; Disponível em:

<http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/historia> > acesso em: 16/10/2011

ANEXOS

ANEXO I – Questionário respondido pela empresa ALL Armazéns Gerais LTDA.

NOME: **Priscilla A. Licetti**

NOME DA EMPRESA: ALL – **ALL Armazéns Gerais LTDA**

RAMO DE ATIVIDADE: **Armazenagem de Grão**

QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS TRABALHANDO NA EMPRESA: **60**

HÁ PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO ATUANDO NA EMPRESA? **SIM**

SE HOUVER PODE CITAR QUAL A ÁREA DE ATUAÇÃO? **TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, MECÂNICA, TEC. ELETRICA.**

HÁ PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR NA EMPRESA? **SIM**

SE HOUVER, QUAIS AS ÁREAS DE FORMAÇÃO? **ENGENHEIRO MECÂNICO, ELÉTRICO, ADMINISTRADOR, ANALISTA DE SISTEMA.**

A EMPRESA ENCONTRA DIFICULDADES PARA CONTRATAR MÃO DE OBRA QUALIFICADA NA REGIÃO? **SIM**

A TAXA DE ROTATIVIDADE NA EMPRESA É CONSIDERADA, BAIXA, MÉDIA OU ALTA? CONSIDERA-SE ALTA UMA TAXA DE 5% AO MÊS. Fórmula para calcular (N° de demissões + n° de admissões / 2 / N° de funcionários ativos).

BAIXA

A FALTA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS É UM FATOR QUE INFLUENCIA NA ROTATIVIDADE DA EMPRESA? **SIM**

ANEXO II - Questionário respondido pela empresa Pasa – Paraná Operações Portuárias S/A

NOME DOS RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES: TATIANA – RECURSOS HUMANOS / CAMILO – SUPERVISOR SMS

NOME DA EMPRESA: PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S/A

RAMO DE ATIVIDADE: PORTUÁRIO

QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS TRABALHANDO NA EMPRESA: 211

HÁ PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO ATUANDO NA EMPRESA? SE HOVER PODE CITAR QUAL A ÁREA DE ATUAÇÃO? EX: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, MECÂNICA, MEIO AMBIENTE ENTRE OUTROS.

SIM, TEMOS PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO TÉCNICA. NAS SEGUINTE ÁREAS: TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO ADMINISTRATIVO, MECÂNICOS, ELETRICISTAS

HÁ PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR NA EMPRESA? SE HOVER, QUAIS AS ÁREAS DE FORMAÇÃO? EX: ENGENHEIRO MECÂNICO, CIVIL, ELÉTRICO, ADMINISTRADOR, ANALISA DE SISTEMA ENTRE OUTROS.

SIM, NAS SEGUINTE ÁREAS: ENGENHEIRO ELÉTRICO, ENGENHEIRO MECÂNICO, ENGENHEIRO AGRONOMO

A EMPRESA ENCONTRA DIFICULDADES PARA CONTRATAR MÃO DE OBRA QUALIFICADA NA REGIÃO? SIM

A TAXA DE ROTATIVIDADE NA EMPRESA É CONSIDERADA, BAIXA, MÉDIA OU ALTA? CONSIDERA-SE ALTA UMA TAXA DE 5% AO MÊS. Fórmula para calcular (N° de demissões + n° de admissões / 2 / N° de funcionários ativos).

COM ESSES FUNCIONÁRIOS DE MÃO DE OBRA TÉCNICA É BAIXA.

A FALTA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS É UM FATOR QUE INFLUENCIA NA ROTATIVIDADE DA EMPRESA? EM ALGUMAS SITUAÇÕES SIM, JÁ TIVEMOS PROFISSIONAL NESSAS ÁREAS QUE FORAM DEMITIDOS POR FALTA DE CONHECIMENTO TÉCNICO E PERFIL DE LIDERANÇA EXIGIDO PELA FUNÇÃO.

ANEXO III - Questionário respondido pela empresa Brasil Foods/Sadia.

NOME: **Marize Costa do Nascimento**

NOME DA EMPRESA: **Brasil Foods/ Sadia**

RAMO DE ATIVIDADE: **Alimentos**

QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS TRABALHANDO NA EMPRESA: **Na Unidade Paranaguá, por volta de 790. Nas empresas BRF por volta de cento e vinte mil funcionários.**

HÁ PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO ATUANDO NA EMPRESA? SE HOVER PODE CITAR QUAL A ÁREA DE ATUAÇÃO? EX: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, MECÂNICA, MEIO AMBIENTE ENTRE OUTROS. **Sim, há profissionais de nível técnico nas áreas de Manutenção e Segurança do Trabalho.**

HÁ PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE DE NÍVEL SUPERIOR NA EMPRESA? SE HOVER, QUAIS AS ÁREAS DE FORMAÇÃO? EX: ENGENHEIRO MECÂNICO, CIVIL, ELÉTRICO, ADMINISTRADOR, ANALISA DE SISTEMA ENTRE OUTROS.

Exatamente estas áreas citadas, mais ainda nas Operações Portuárias, Analista de Operações Portuárias e ainda Engenharia Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Pedagogia, etc.

A EMPRESA ENCONTRA DIFICULDADES PARA CONTRATAR MÃO DE OBRA QUALIFICADA NA REGIÃO? **Sim, bastante, algumas técnicas e principalmente nível Superior (Engenharias).**

A TAXA DE ROTATIVIDADE NA EMPRESA É CONSIDERADA, BAIXA, MÉDIA OU ALTA? CONSIDERA-SE ALTA UMA TAXA DE 5% AO MÊS. Fórmula para calcular (N° de demissões + n° de admissões / 2 / N° de funcionários ativos). **No máximo 2 demissões no mês.**

A FALTA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS É UM FATOR QUE INFLUENCIA NA ROTATIVIDADE DA EMPRESA?

Não temos grande rotatividade. Mas as promoções que ocorrem precisam de profissionais qualificados. São exigidos as formações de acordo com a vaga. Apenas a de nível superior é que, infelizmente, buscamos mais fora da empresa do que os funcionários internos, pois estes em sua maioria, não buscam realizar o Ensino Superior.